Santa Casa da Misericórdia de Águeda

RELATÓRIO

DO

EXERCÍCIO

ANO: 2024

Águeda 17 de março de 2025

Índice

Designação	Página
INTRODUÇÃO	3
1. ASSUNTOS GERAIS	**5**
1.1. Iniciativas Culturais, Desportivas e Recreativas	5
1.2. Jardins, Hortas e áreas comuns	6
1.3. Manutenção e tratamento de Campas e Jazigos - obrigações	6
1.4. Frota Automóvel	6
1.5. Contratos de Avença	6
1.6. Obras em edifícios	6
2. ASSISTÊNCIA EM ÁGUEDA	**6**
2.1. Generalidades	6
2.1.1. Limpeza e Manutenção dos Espaços Exteriores	6
2.1.2. Parque de Estacionamento	7
2.1.3. Cozinha	7
2.1.4. Lavandaria e Rouparia	7
2.1.5. Medicamentos e Artigos de Farmácia	7
2.1.6. Património da Misericórdia	7
2.1.7. Equipamento	7
2.1.8. Certificação da Qualidade/Acreditação	7
2.1.9. Diversos	8
a) Ações de Formação	8
b) Sugestões e Reclamações	8
c) Ofertas	8
2.2. Casa da Criança	8
2.2.1. Generalidades	8
a) Funcionamento no mês de agosto	8
b) Ensino do Inglês e Música	9
c) Expressão Físico-motora e Dança Criativa, Karaté, Ténis...	9
d) Ocupações	9
i) Creche	9
ii) Pré Escolar	9
iii) CATL	9
iv) CAL	9
2.2.2. Creche	9
2.2.3. Pré-Escolar	9
2.2.4. CATL	9
2.2.5. Atividade "trampUlim"	10
2.2.6. Atividades Realizadas	10
2.3. Área de Idosos	10
2.3.1. Apoio Domiciliário (SAD)	10
2.3.2. Centro de Dia (CD)	11
2.3.3. ERPI – Lar Conde de Sucena	11
2.3.4. Refeitório e Salas de atividades	11
2.3.5. Servicos	11
2.3.6. Atividades realizadas ao longo do ano	12
3. Casa de Repouso Dr. António Breda e Lea Breda	**12**
3.1. Lar Madame Breda	14
3.2. Unidade de Cuidados Continuados Dr. António Breda	14
4. Hospital Conde de Sucena	**14**
5. Quinta do Redolho	**14**
6. Contas	**15**
6.1. Donativos	15
6.2. Subsídios à Exploração	15
6.3. Outras Receitas	15
6.4. TOTAIS	15
7. Irmãos	**15**
8. Agradecimentos	**15**
9. Parecer do Conselho Fiscal	**16**

INTRODUÇÃO

Eleita em 2022 para gerir os destinos da Santa Casa da Misericórdia de Águeda para o quadriénio de 2023/2026, vem a Mesa Administrativa, cumprindo com o previsto no artigo 27.º do Compromisso desta Santa Casa, apresentar a esta digníssima Assembleia os documentos relativos ao Exercício do ano 2024.

Começamos por reiterar o já referido aquando da apresentação em novembro do Plano de Atividades que está em plena execução, aquilo que é a procura incessante de soluções que respondam às necessidades da comunidade que servimos.

Como se disse na altura, foi no cumprimento dessa missão, que lançámos mão de uma nova atividade, o "trampUlim", que apoia atualmente 27 crianças, permitindo que os pais possam dedicar-se à sua atividade profissional em tranquilidade.

Não podemos também deixar de recordar que no seguimento de permanentes desafios das entidades tutelares para que se encontrem soluções "atípicas", "criativas" e/ou "inovadoras" para dar resposta às necessidades da comunidade, criámos em 2015 o então designado como CAL, e que, lamentavelmente, foram as mesmas entidades a penalizar aquela iniciativa, comparando-a inexplicavelmente com "figurinos" típicos, rígidos, e muitas vezes obsoletos porque desfasados da realidade, consubstanciando-se, na prática, em "armadilhas" a quem só busca fazer o bem e até agir em linha com desafios que recebemos e entendemos como de boa-fé. Recordamos assim que a nossa Instituição está a braços com uma contraordenação, contestada tempestivamente, mas, cuja coima ascende a 10.000,00 euros, sendo o Estado absolutamente insensível ao facto de as crianças ficarem sem qualquer apoio, abandonadas, criando uma incomensurável e injustificável angústia nas crianças e respetivas famílias.

Ficamos na expetativa de, desta vez, agora pela iniciativa "trampUlim", não vir a ser penalizada por fazer o bem, por cumprir a sua missão na Sociedade - ajudar!

Mas há também algo de muito positivo a registar por parte das entidades tutelares.

Efetivamente, reconhecendo a fundamentação apresentada para o recurso ao Fundo de Socorro Social, nomeadamente o desequilíbrio criado devido à Pandemia de COVID e agravado com a inflação galopante de 2022/2023, e ainda por dividas do próprio Estado que ascendem, em média, a mais de 300 mil euros-algumas desde 2014..., atribuíram um apoio extraordinário de socorro no valor de 500 mil euros para reequilíbrio financeiro, a ser utilizado entre outubro de 2023 e pelo período de seis meses, segundo as necessidades efetivas da Instituição, e cumprimento da execução do plano de equilíbrio financeiro apresentado;

Contudo, e porque a Instituição lutou contra aquele desequilíbrio adotando medidas urgentes com vista a reverter a situação, desde logo adiando várias intervenções em equipamentos e edifícios (e desistindo de outras, como foi o caso da candidatura ao PRR para a criação da RAI e de instalações autónomas para o CD), convertendo equipamentos para utilizar outras formas de energia, renegociando de forma muito persistente os contratos de gás e eletricidade, de que registamos a sensibilidade dos respetivos fornecedores para o efeito, bem como a operacionalização de outras ações e investimentos estratégicos que já vinham sendo pensadas, permitiu amenizar aquele desequilíbrio, de tal forma que o valor disponibilizado foi o que consta das contas do ano em

análise. Importa clarificar que para a tutela a comprovação mais plausível se refere a dívidas a fornecedores e trabalhadores, algo que nunca ocorreu, graças ao recurso à banca, onde mantemos impoluta a nossa reputação e crédito, ou à alienação de alguns bens conforme é do conhecimento desta Assembleia, e que a Santa Casa contestou, porquanto se devêssemos a fornecedores certamente a situação ter-se-ia agravado significativamente por agravamento dos preços, e se por absurdo atrasássemos o pagamento as trabalhadores, perante a enorme dificuldade em recrutar e manter trabalhadores em áreas críticas para o funcionamento da Instituição, então seria o colapso total desta secular Santa Casa. Até à data, não houve qualquer resposta à contestação/pedido de prorrogação de prazo.

Lamentavelmente os problemas persistem, e a nossa luta diária para cumprir com os orçamentos traçados, melhorando dia-a-dia cada rúbrica no sentido de atingir o almejado equilíbrio, tem sido gorada pelas mais diversas razões.

Desde logo pela falta de previsibilidade que decorre da atualização atempada e o cumprimento da meta de 50% de comparticipação do custo real/utente dos acordos de cooperação, e pela atualização das tabelas salariais igualmente atempadas, e que permitam a diferenciação significativa pela progressão na carreira, essencial para manter o quadro de pessoal estável, e criar perspetivas de futuro aliciantes e motivadoras para tão difícil e nobre missão. No caso vertente do ano em apreciação, em 13/12/2024 foi aprovada nova tabela salarial, que, diga-se, só peca por tardia, por não ser acompanhada de atualização dos acordos correspondente, e por ser apenas aplicável aos trabalhadores sindicalizados, o que por princípio da mais elementar justiça e até da Lei que impõe para trabalho igual salário igual, aplicámos a todos os trabalhadores abrangidos. Em virtude desta alteração, que implicou um acréscimo de gastos de cerca de 21.000,00€, o que implicaria a redução do défice previsto de cerca de -76.500€ para um resultado positivo de +13.400€, levou a que tivéssemos mais um ano negativo em cerca de -7.500€, como evidenciam as contas mais em pormenor. Claro que muito do que ficou por fazer para que se encontrasse o indispensável equilíbrio, está ainda por fazer, mas também muito já tem sido feito, graças ao esforço de gestão e controlo financeiro no dia-a-dia.

Relativamente à operacionalização da Candidatura aprovada no âmbito do PRR, Aviso n.º 02/C01-i02/2023, para a construção da nova ala de Cuidados Continuados Integrados de Longa Duração e Manutenção no polo de Barrô, com capacidade para mais 36 camas, integrada na estratégia do Estado de Alargar a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados em camas de Longa Duração e Manutenção, temos a perceção que o Estado não tem a noção da realidade do país, porquanto sabendo que o PRR tem prazos inexequíveis e que são objetivamente impeditivos de se avançar mesmo com o concurso público. Efetivamente, apesar de não termos qualquer resposta às nossas questões que se prendem com os prazos, desde a entidade regional (ARS e agora ACSS) até ao ministro responsável, ninguém dá resposta ou sinais de esperança, fomos avançando com as especialidades, fazendo fé no prolongamento do prazo, que, recorde-se, é até 31/12/2025, não para a obra em si, mas do projeto global, podendo, excecionalmente e em casos devidamente fundamentados, ir até 30/06/2026, sendo este o ponto de situação atual. Entretanto, consultámos várias instituições bancárias, aquelas com que mantemos negócios e outras, e todas se manifestaram disponíveis e interessadas em financiar o projeto.

Felizmente a redução da inflação permitiu alguma previsibilidade nos preços, mas os que subiram não mais desceram, pelo que as dificuldades se vão mantendo por impossibilidade de aumentar as receitas, quer do lado das comparticipações do Estado devido às atualizações insuficientes, quer do lado das famílias cuja tabela é também fixada pelo Estado e que viram os seus

rendimentos descer, nalguns casos drasticamente, quer pela subida das taxas de juro em 2023/2024, quer agora pelo aumento desmesurado das rendas e outros bens essenciais.

Contudo, podemos afirmar com certeza, que aos nossos utentes: idosos, crianças ou doentes, nada lhes falta. Não passam frio, são alimentados convenientemente e acompanhados em conforto, carinho, e tudo o necessitam e está ao nosso alcance.

Como também já acima referido, aos nossos trabalhadores foram sempre pagos os seus salários no último dia útil de cada mês, assegurados todos os direitos, e ninguém foi despedido motivado por restrições da Instituição.

Todos os fornecedores têm as contas em dia, assegurando o capital fundamental ao bom relacionamento e condições de fornecimento.

E assim, no segundo ano de uma nova Mesa Administrativa e de novos Órgãos Sociais, marcado pela continuidade da estabilidade que presidiu à sua candidatura em 2022, tem esta comunidade constituída por aproximadamente 200 trabalhadores, cerca de 500 utentes, que mantem negócios anuais com mais de 200 fornecedores prioritariamente do concelho, vamos mantendo vivo o espírito de quem há 165 anos iniciou esta Obra, de que todos os Aguedenses se devem orgulhar e lutar para que continue a sua missão de ajudar os mais fragilizados da sociedade, seja pela doença, pela idade ou por infortúnio da vida.

Esta é a razão da nossa existência, cuja ação só é possível graças aos extraordinários profissionais da Santa Casa da Misericórdia de Águeda. Fica o sentido e sincero agradecimento pelo seu empenho em fazer bem o bem, a preocupação com a imagem da Instituição perante a comunidade, e a sua dedicação à família que também aqui encontram e promovem no dia-a-dia.

Terminamos esta "introdução" agradecendo desde já aos trabalhadores, colaboradores, voluntários, Irmãos, beneméritos e elementos dos restantes Órgãos Sociais a sua dedicação e espírito de missão e de compromisso para com esta Santa Casa e de quem necessita do seu apoio, graças aos quais foi possível mais um ano de ação e de solidariedade.

1. ASSUNTOS GERAIS

1.1. Iniciativas Culturais, Desportivas e Recreativas

Foram desenvolvidas as iniciativas consideradas relevantes para a Instituição, clientes/utentes, seus familiares e colaboradores, seguindo o princípio do envolvimento da Mesa Administrativa em articulação com a equipa técnica multidisciplinar e outros agentes, conforme Programa de Animação.

Tratando-se de atividades destinadas aos clientes/utentes, das áreas da Infância à Terceira Idade, impõe-se como prioridade o respeito pelo ritmo de cada um, gostos e preferências, procurando envolver o máximo de pessoas adequando cada atividade às suas possibilidades, tendo em vista a promoção do bem-estar físico, mental e social das nossas crianças, idosos e doentes.

Para uma maior diversificação e oferta, procurou-se promover ações interinstitucionais e intergeracionais.

1.2. Jardins, Hortas e áreas comuns

Assegurou-se a manutenção das zonas ajardinadas dos polos de Águeda e Barrô pelos serviços internos, procurando mantê-los em condições de fruição pelos clientes/utentes.

1.3. Manutenção e tratamento de Campas e Jazigos – obrigações

Manteve-se sob vigilância atenta o estado de conservação, assegurando-se ainda o respeito pelos compromissos assumidos pela Santa Casa, aos diversos níveis.

1.4. Frota Automóvel

Tendo em vista assegurar a segurança, fiabilidade e longevidade da frota automóvel, efetuaram-se as intervenções necessárias/programadas em cumprimento dos planos de manutenção, ou outras quando necessárias.

Foi feita candidatura ao AVISO Nº 12-C03-i01-2024, de 16 de setembro, no âmbito da Mobilidade Verde Social, para aquisição de uma viatura transformada acessível para pessoas com mobilidade reduzida, dando assim continuidade ao processo de migração de viaturas a motor de combustão para viaturas 100% elétricas.

1.5. Contratos de Avença

Mantiveram-se ou renovaram-se os seguintes contratos durante o ano de 2024:

- Sr. Engº. Luís Filipe Fonseca - de responsabilidade pela exploração das instalações elétricas da Casa de Repouso Dr. António Breda e Lea Breda, agora também incluído o PT e Instalações Elétricas do polo de Águeda,
- Schmitt + Sohn Elevadores, assistência a todos os elevadores – Águeda e Barrô;
- WORKVIEW, Prest. Serv. de Hig. Saúde no Trab, Unip, Lda (por cedência contratual da Senhora D'Alegria);
- ValorHospital - Gestão de Resíduos contaminados - Barrô;
- GROWAPPY- Cloudtrice, Lda. – plataforma de comunicação da Casa da Criança;

1.6. Obras em edifícios

Como já se disse, foram realizadas apenas as intervenções mais urgentes e pontuais, tendo sido adiadas algumas.

2. ASSISTÊNCIA EM ÁGUEDA

2.1. Generalidades

2.1.1. Limpeza e Manutenção dos Espaços Exteriores

Mantendo-se sob responsabilidade dos serviços de manutenção de Águeda e Barrô, foram asseguradas as manutenções possíveis decorrentes dos constrangimentos de pessoal;

2.1.2. Parque de Estacionamento

Realizou-se a normal manutenção preventiva, limpeza das sarjetas e caixa de escoamento de drenagem de águas pluviais com a regularidade que cada época impõe;

2.1.3. Cozinha

Tendo em vista assegurar a permanente operacionalidade com segurança e a máxima longevidade dos equipamentos, foram seguidos os planos de manutenção recomendados pelos fabricantes, e efetuadas as intervenções pontuais que se revelaram necessárias.

2.1.4. Lavandaria e Rouparia

Seguiram-se as manutenções recomendadas pelos fabricantes dos diversos equipamentos, e efetuaram-se outras de caráter pontual, observando o princípio de assegurar a operacionalidade e segurança dos equipamentos e a sua longevidade.

2.1.5. Medicamentos e Artigos de Farmácia

Foi revisto o acordo com a farmácia Simões Roque no sentido de esta passar a disponibilizar a mediação em unidose. Mantém-se a disponibilidade da Direção Técnica da Farmácia, na pessoa da Irmã Dr.ª Maria Júlio Roque para colaborar nas iniciativas promovidas pela Santa Casa ou por si propostas, como rastreios e ações de sensibilização nas diversas áreas da Instituição.

O fornecimento de medicamentos na Unidade de Cuidados Continuados, continua a ser assegurado através do protocolo estabelecido entre a União das Misericórdias Portuguesas e o Infarmed, bem como a partilha da supervisão da Farmacêutica Responsável.

2.1.6. Património da Misericórdia

Manteve-se a atenção possível a todos os imóveis propriedade da Instituição, intervindo, pontualmente, onde tal se justificava.

Foram alienados os imóveis doados por Maria Alice de Bastos Pereira.

Foi recebida a doação de um imóvel pelo benemérito Sr. Hernâni Simões Castanheira, procedendo-se à sua avaliação oficial.

2.1.7. Equipamento

Conforme previsto em Plano de Atividades para 2024 com as adaptações que se revelaram necessárias, foram asseguradas as necessárias e/ou previstas manutenções. Foram adquiridos os equipamentos considerados indispensáveis e de comprovadas necessidades com vista a assegurar o funcionamento dos diversos setores/serviços, e/ou melhoria das condições laborais e bem-estar dos nossos clientes/utentes.

2.1.8. Certificação da Qualidade/Acreditação

Seguindo o previsto decorreram as auditorias de renovação para as Respostas a funcionar no polo de Águeda pelo referencial NP EN ISO 9001:2015 e Barrô pelo referencial EQUASS para o Lar Madame Breda.

Neste âmbito procedemos à criação do Canal de Denúncia e à implementação do Regulamento Geral de Prevenção da Corrupção.

2.1.9. Diversos

a) Ações de Formação

Como prática instituída, foi seguido o Plano Anual de formação na medida em que foram surgindo as possibilidades de desenvolvimento das ações programadas, tendo sido desenvolvidas outras com vista a responder a necessidades pontuais, tendo sempre por base a valorização pessoal dos colaboradores e a indispensável sensibilização para a prestação de serviços de qualidade, humanizados, e centrados no ser humano.

Foi um ano que correu excecionalmente bem em termos de formação, onde de duplicaram as horas do ano anterior, permitindo recuperar muitas horas em falta.

b) Sugestões e Reclamações

As sugestões/reclamações foram rececionadas e tratadas conforme os procedimentos instituídos, não havendo lugar a qualquer reclamação no Livro de Reclamações.

c) Ofertas

A generosidade de Mesários, Irmãos e outros benfeitores e beneméritos, tem contribuído para, das mais diversas formas, irmos prosseguindo com a nossa missão de ajudar quem mais necessita.

A Mesa Administrativa agradece, reconhecida a todos pela apoio e confiança demonstrados.

2.2. Casa da Criança

Foram efetuadas intervenções pontuais de manutenção aos diversos espaços, estruturas e equipamentos, em ordem a assegurar a sua total operacionalidade, segurança e longevidade.

Manteve-se o programa de atualização de equipamentos e materiais lúdico/pedagógicos nas diversas salas.

Pelas razões já acima expostas, foi suspensa a substituição do pavimento do parque infantil.

Foi iniciado o processo de remodelação das instalações sanitárias, com candidatura à Câmara Municipal de Águeda, mas que não foi possível concretizar por dificuldades de disponibilidade financeira e resposta tardia do Município.

2.2.1. Generalidades

a) Funcionamento no mês de agosto

Para cumprimento do plano de intervenções e limpezas profundas, e em observação do determinado pelas entidades tutelares, nomeadamente da

2.2.5. Atividade "trampUlim"

Com a extinção do CAL, esta foi a solução encontrada para responder às necessidades dos pais. É totalmente custeada pelas famílias e apoiada ainda assim pela Instituição. Funciona em edifício autónomo, com trabalhadores afetos apenas a esta atividade e centro de custos separados das restantes Respostas Sociais/Educativas.

Tem neste momento 27 crianças, estamos em crer que a procura irá aumentar uma vez que no ano do seu arranque, por necessidade de esclarecimentos vários e adaptação à nova realidade, houve várias famílias a procurar garantir o apoio noutras Instituições, o que com a estabilização do seu funcionamento, esperamos não se repita, melhorando o défice atual.

2.2.6. Atividades Realizadas

Foram desenvolvidas as atividades com vista dar "forma" ao Projeto Educativo, e outras previstas no plano de atividades com vista ao enriquecimento, educação e estímulo das crianças e a proporcionar momentos de felicidade. Foram, como é já tradicional, assinaladas as datas mais significativas, a começar pelos aniversários das crianças.

É privilegiado o contacto com a natureza na medida do possível, e os tempos para brincar, sem descurar os princípios de responsabilidade e do cumprimento de regras.

2.3. Área de Idosos

Na prossecução do objetivo primordial da Instituição, que é o de assegurar a qualidade de vida dos Clientes/Utentes, procurámos cumpri-la, respeitando sempre a especificidade de cada pessoa, as suas preferências, singularidade, gostos e personalidades.

O desenvolvimento de intervenções interdisciplinares ao cuidado da equipa multidisciplinar, tem possibilitado a articulação de competências, sensibilidades e a dedicação indispensáveis a garantir a humanização e personalização das intervenções junto da pessoa idosa, independentemente da Resposta.

2.3.1. Apoio Domiciliário (SAD)

Como temos feito chegar a todas as entidades que têm algum poder de decisão nestes assuntos, esta é uma Resposta que tem criado os maiores desafios às Instituições. Do muito que se tem dito e escrito acerca da necessidade de adequação desta Resposta, resulta quase nada da parte da tutela. Têm sido as Instituições a adaptar-se, na medida das suas possibilidades, sendo evidente as limitações a que ficam obrigadas decorrente dos custos do serviço com a configuração que já desde há alguns anos se impõe.

Efetivamente, tratando-se de uma Resposta desenvolvida em casa dos beneficiários, pressupõe variáveis que condicionam fortemente a prestação do serviço, muito mais exigente, mas que será, indubitavelmente, no futuro, a Resposta preferencial da prestação de apoio geriátrico, constituindo-se como uma grande ERPI a fragmentada pela nossa área de intervenção.

Atenta a esta realidade a Santa Casa da Misericórdia de Águeda procura dar respostas às necessidades dentro das suas capacidades respondendo pontualmente às

auscultação dos pais sobre as necessidades de apoio neste mês, a Casa da Criança esteve encerrada no período de 26 a 30 de agosto.

b) Ensino do Inglês e Música

Decorreram conforme já vem sendo hábito estas disciplinas, com o Inglês para as crianças dos 4 e 5 anos e a Iniciação Musical, para crianças a partir dos 3 anos.

c) Expressão Físico-Motora, Dança Criativa, Ténis e Ioga

Também estas atividades forma retomadas e seguiram com a regularidade esperada.

d) Ocupações/Frequências em 31/12/2024

i) Creche..... 46 crianças
ii) Pré Escolar..... 67 crianças
iii) CATL..... 60 crianças (+2 extra acordo refugiados da Ucrânia)
iv) trampUlim..... 27 crianças

2.2.2. Creche

Mantendo-se a procura elevada, está atualmente com a capacidade totalmente preenchida em 46 crianças.

2.2.3. Pré-Escolar

A oferta da rede pública, aliada à gratuitidade da resposta que precede esta, a Creche, leva a que após a frequência da Creche as famílias procurem manter a gratuitidade, optando pela rede pública. Esta realidade tem vindo a criar problemas de ocupação da capacidade, porquanto as famílias, por prevenção, inscrevem as crianças, completando a lotação, e à medida que vão conseguindo colocar as crianças na rede pública, vão desistindo, numa altura em que já não é possível recuperar crianças inscritas. Espera-se que a aventada extensão da gratuitidade a esta Resposta possa vir a colmatar esta dificuldade.

Importa referir que temos quatro crianças com NEE, ainda que apenas duas formalmente reconhecidas e duas em avaliação, o que de certa forma normaliza a lotação.

2.2.4. CATL

Vigorando o protocolo com o CDSS-Aveiro para 60 crianças, modalidade de Conciliação Familiar (extensões de horário e interrupções letivas sem almoço), é este complementado com o existente com a Câmara Municipal para fornecimento das refeições. Também esta Resposta teve lotação completa ao longo do ano, e como elevadíssima procura, desde logo porque as crianças que anualmente saem do Pré-Escolar procuram a continuidade na Instituição.

Mantém-se a funcionar em espaços polivalente, distribuídos pelos diversos edifícios da Instituição, com os inerentes custos associados, mas que se tem revelado muito positivo para as crianças.

necessidades específicas de quem nos procura, dentro das possibilidades das famílias e da Instituição, salvaguardando os necessários e indispensáveis equilíbrios.
Cremos que o evidente desajustamento é o grande responsável pela baixa procura, que dificilmente tem completado o acordo para as 40 pessoas (capacidade para 50).

2.3.2. Centro de Dia (CD)

Foi a Resposta mais penalizada com a Pandemia pelas razões que são já sobejamente conhecidas de todos.
Também o facto de estarmos no centro da cidade, em meio urbano, onde de facto constatamos "funcionar" um grande Centro de Dia a "céu aberto", tem sido uma grande condicionante na ocupação da mesma, cuja capacidade e acordo se mantém nos 25.
Temos também a perceção, que as dificuldades económicas de muitas famílias, leva a que optem por ficar com os familiares em casa até ao limite das suas possibilidades, usufruindo assim, de alguma forma, das suas pensões para amenizar o elevado custo de vida.
Todas as ações de divulgação e de facilitação se têm revelado infrutíferas, pelo que a sua ocupação, que tem em média sido de 11 utentes, poderá dita por parte da segurança Social a revisão do acordo em baixa.

2.3.3. ERPI – Lar Conde de Sucena

Nesta Resposta, coloca-se a ênfase nas dificuldades de recrutamento de profissionais com perfil adequado por indisponibilidade no mercado e a sobrecarga das trabalhadoras do quadro, que só graças ao seu elevado profissionalismo e dedicação à Instituição e a quem necessita, têm assegurado este desiderato. Igualmente se reforça a urgência em, por parte da tutela (Estado), centrar a atenção nestas dificuldades, reconhecendo-as, em ordem e assegurar as condições de disponibilidade para retribuição laboral justa, que permita restabelecer a esperança numa carreira de futuro, que recompense quem trabalha mais anos e coloca a sua experiência ao serviço dos utentes, e ainda contribuem para a formação de novas profissionais.

2.3.4. Refeitório e Salas de atividades

Tem sido recorrentemente referida a utilização intensiva destas estruturas, e a sua surpreendente capacidade para responder ao longo de quase dezassete anos de utilização diária.
Tal facto deve-se, julgamos, à atenção dada por todos os serviços e profissionais às estruturas e equipamentos, à intervenção precoce em falhas ou avarias, e ao cumprimento dos planos de manutenção e conservação recomendados pelos fabricantes e/ou construtores.
Não houve necessidade de intervenções dignas de realce.

2.3.5. Serviços

Uma palavra para todos os colaboradores, que, não obstante todas as dificuldades decorrentes das já referidas condicionantes de recrutamento, que se têm mantido, de baixas por doença ou acidente, têm conseguido assegurar, com profissionalismo,

humanismo e sentido de responsabilidade, os cuidados indispensáveis a uma vida confortável e digna das pessoas ao cuidado da Instituição.

Nota igualmente de agradecimento para a flexibilidade demonstrada pela generalidade dos profissionais, que, respondendo às exigências pontuais de cada setor e até mesmo serviço, foram capazes de se adaptar e assegurar as necessidades da Instituição e dos seus clientes/utentes.

2.3.6. Atividades realizadas ao longo do ano

Em 2024 foram desenvolvidas com regularidade as seguintes atividades com a comunidade Residente e utentes do Centro de Dia.

- **Missa: à sexta, no Lar Conde de Sucena;**
- **Terço: diariamente;**
- **Atividades Física Motora Sénior: terça e quinta; Classe de Movimento**
- **Music'Art: segunda e sexta;**
- **Atividades Lúdico Recreativas, Físico Motoras, Cognitivas e/ou Sensoriais destinadas a manter e/ou melhorar a qualidade de vida, o bem-estar físico, social e emocional dos séniores;**
- **Atividades intergeracionais - semanalmente**

3. Casa de Repouso Dr. António Breda e Lea Breda

O ano de 2024 foi, novamente, um período de desafios e de reinvenção, num contexto mundial cada vez mais exigente. A nossa atenção esteve focada, sobretudo, no reforço da qualidade dos serviços prestados e na segurança dos residentes/utentes, com especial ênfase na vertente humana. Visitas de acompanhamento do CDSSA e vistorias da Autoridade de Saúde Local colocaram à prova toda a estrutura da Casa, tanto a nível humano como de infraestruturas.

Assim, em 2024, a gestão da Casa de Repouso Dr. António Breda e Lea Breda:

Garantiu uma gestão de recursos humanos baseada numa boa integração, desenvolvimento, reconhecimento e retenção dos colaboradores. Construindo uma equipa bem estruturada, com definição clara de responsabilidades, boas práticas e capacidade suficiente para responder adequadamente às necessidades dos residentes/utentes, cumprindo com os rácios estabelecidos e a regulamentação em vigor. O ano de 2024 caraterizou-se por uma grande rotatividade de colaboradores, mas também numa grande aposta na retenção dos mesmos, nomeadamente de elementos para a equipa de enfermagem;

Priorizou a segurança e satisfação das necessidades dos residentes/utentes;

Assegurou a conformidade da atividade da Instituição com as tipologias de cuidados e regulamentação vigente, garantindo a implementação das melhores práticas, contribuindo para este ponto as visitas/vistorias que tivemos por parte de várias entidades que nos tutelam e supervisionam;

Redefiniu os métodos e dinamização de atividades para favorecerem a saúde mental e a manutenção da mobilidade dos residentes/utentes. Neste aspeto muito contribuíram estagiários na área da psicologia, que a Instituição consegue através de candidaturas aos estágios profissionais do IEFP e a nova Prof. de Ginástica;

Continuou a promover a justiça e a inclusão social dos residentes/utentes, estabelecendo parcerias com outras organizações e comunidades para melhor atender às suas necessidades;

Informou e incentivou à participação dos residentes/utentes, representantes, familiares, colaboradores e outras partes interessadas, de acordo com os seus papéis e responsabilidades, na vida da Instituição.
Os parceiros internos (residentes e colaboradores) continuaram a ser fundamentais na identificação de melhorias nos serviços e no desenvolvimento de programas e estratégias mais eficazes. Por sua vez, os parceiros externos (representantes, famílias, financiadores, empresas, instituições da comunidade, prestadores de serviços, fornecedores, entre outros) desempenharam um papel positivo na recolha de informação sobre o nosso desempenho, identificando necessidades e expetativas para respostas mais adequadas.
A identificação e o estabelecimento de parcerias e recursos continuaram a ser prioridades, para responder às exigências dos residentes/utentes. A conformidade com a legislação aplicável ao setor e a sustentabilidade financeira mantiveram-se também como preocupações centrais.
Os projetos inovadores e/ou atividades de melhoria, foram-se desenvolvendo de acordo com a realidade da Instituição.

Foram intervencionados alguns espaços para melhoria das acessibilidades e manutenção das infraestruturas, assim como aquisição de materiais e equipamentos, para dar resposta a uma melhor prestação de serviços.

Das atividades apresentadas aos subsídios por parte da CMA (Medidas A, B e C), nem todas realizadas, por falta de disponibilidade financeira, uma vez que se teve de investir em outros equipamentos e/ou reparações não programadas.

Em relação à manutenção das infraestruturas, os serviços necessários para o bom funcionamento dos equipamentos, das instalações e dos espaços verdes, foram assegurados internamente, recorrendo a prestadores para os mais específicos/complexos e de acordo com as imposições legais de inspeção/manutenção. Houve necessidade de reparação de infiltrações em vários espaços/paredes, principalmente no miradouro.

À semelhança do ano anterior, durante o ano de 2024 continuou a haver doações à Casa de Repouso, por colaboradores, utentes/residentes, familiares de utentes/residentes, voluntários e outras pessoas (flores, legumes, frutas, livros, material de decoração, equipamentos, roupa).

Continuamos a ter a colaboração e o apoio da Câmara Municipal de Águeda e da farmácia Simões Roque, Autoridade de Saúde Local que nos disponibilizam o seu apoio técnico.

As atividades do grupo de Voluntariado são diminutas, tendo permanecido, somente, dois elementos, um no apoio administrativo à UCCAB e outro de apoio aos residentes/utentes.

De acordo com o Plano de Objetivos para 2024, os objetivos de: resguardos das varandas, sala de sujos e despejos e o início da construção da nova ala de ULDM, entre outros, não foram concretizados e outros foram adiados para 2025.

3.1 Lar Madame Breda

O Acordo continua a comparticipar 35 residentes, e a contemplar a capacidade de 44 pessoas.

Verificaram-se algumas alterações nos seus residentes, devido a algumas saídas, por óbito e a novas admissões correspondentes.

Houve visita de acompanhamento do CDSSA e vistoria da Autoridade de Saúde Local.

3.2 Unidade de Cuidados Continuados Dr. António Breda

Continuamos a ser alvo de visitas de avaliação pela Equipa Coordenadora Local e da Equipa de Coordenação Regional, que nos ajudam a manter a qualidade dos serviços que prestamos e mantemos os Acordos para as duas tipologias. Tivemos, também, uma vistoria da Autoridade de Saúde Local.

Houve intervenção ao nível das portas dos WC, para reparação de humidades.

Voltou-se a contratar serviços externos para a lavagem da roupa de cama e banho da UCCAB.
Aprovação da candidatura ao PRR, para construção de nova ala de ULDM.

4. Hospital Conde de Sucena

Com a melhoria significativa da parte da nova Urgência e outros serviços associados, veio também o lamentável encerramento em alguns períodos deste serviço. A Santa Casa da Misericórdia de Águeda só pode lamentar que após um tão significativo investimento, em que a autarquia teve um papel fundamental, o Estado não consiga encontrar solução para a estabilização do SNS e a prestação de cuidados de saúde, particularmente de agudos, a quem deles precisa, quando deles precisa.

5. Quinta do Redolho

Continua em vigor o contrato de comodato a António Simões Dias, não havendo nada de relevante a assinalar no que a este relacionamento diz respeito.
Na sequência da invasão da propriedade por cães vadios que mataram diversas crias ao comodatário, foram corrigidos alguns troços da vedação.
Não obstante a Câmara Municipal de Águeda ter sido alertada para a necessidade de encaminhamento das águas pluviais pelo exterior do muro, até à data nada foi feito, continuado a água pluvial que corre pelas valetas, a ser encaminhada por valeta construída pela IP, para o terreno da Santa Casa. Espera-se que com a passagem deste troço da antiga EN1 para o Município, este possa agora enfrentar o problema com merece ser enfrentado.

6. Contas

6.1. Donativos

Donativos	33.049,90€

6.2. Comparticipações do Estado

Centro Regional da Segurança Social – Comparticipações e outros	2.130.477,21€
Subsídio do Fundo de Socorro Social	242.367,40€
Câmara Municipal de Águeda	6.934,68€
Instituto de Emprego e Formação Profissional	29.883,68€

6.3. Outras Receitas

Quotas de Irmãos	11.061,50€
Renda do Hospital	116.734,20€
Outras rendas	15.010,40€
Serviços secundários	158.860,37€

6.4. TOTAIS

TOTAL DOS RENDIMENTOS	**5.830.957,52€**
TOTAL DOS GASTOS	**5.596.117,10€**
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**234.840,42€**

7. Irmãos

Em 2024 desistiram ou faleceram 19 Irmãos e foram admitidos 6.

8. Agradecimentos

A Instituição ao longo do ano 2024 assistiu a uma entrada de quase 300 pessoas, entre crianças, idosos, doentes e Irmãos, e a uma saída da mesma ordem de grandeza, à admissão de 74 novos trabalhadores e à saída de 55, o que significa o tratamento de cerca de 50 processos de utentes/mês e 11 de trabalhadores/mês, e que ilustra bem a dinâmica da Instituição, especialmente no que aos Recursos Humanos diz respeito.

Como não podia deixar de ser, em primeiríssimo lugar, reiteramos os nossos agradecimentos aos trabalhadores da Santa Casa.

A especificidade de cuidar pessoas, de cuidar bem, pessoas, e de saber interagir com tolerância, e tempo, no respeito pela intimidade, credos ou religiões, gostos, hábitos e preferências, muitas vezes amplificados por dificuldades físicas e/ou intelectuais que decorrem da idade, da doença e/ou de qualquer outra fragilidade, não está ao alcance de todos. Sentimos que jamais poderemos agradecer verdadeiramente aos nossos colaboradores o quanto dão de si a esta causa, fica por isso um muito obrigado no limite máximo do que a nossa dimensão humana pode atingir, por tudo o que têm feito e continuam a fazer pelos nossos clientes/utentes, sejam eles crianças, idosos ou doentes.

Agradecemos também a todos os que contribuindo para o bom funcionamento da Instituição, designadamente, com donativos e ofertas diversas, aos voluntários-muitos também trabalhadores, que anualmente oferecem muitas horas do seu tempo à Santa Casa.

Igualmente, reiteramos o agradecimento a todos os elementos de todos os Órgãos Sociais da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Águeda, registando o bom entendimento patente entre os elementos de todos os Órgãos Sociais, Irmãos, Técnicos e Pessoal em geral, o que muito contribuiu para o funcionamento harmonioso da nossa Instituição e para o bem-estar dos nossos utentes.

Agradecemos também às diversas Entidades de âmbito Concelhio, Distrital e Nacional, de cariz Civil, Militar e Religiosas, com quem a Santa Casa da Misericórdia manteve, no seu dia-a-dia, profícuo relacionamento, de que é testemunho este breve resumo de atividades.

Bem-haja a todos!

Águeda, 17 de março de 2025
A MESA ADMINISTRATIVA

Dr. Jorge Castro Madeira (Provedor)
Engº Manuel Augusto Q. de Figueiredo Simões (Vice-Provedor)
Dr.ª Joana Patrícia de Oliveira Santos (Secretário)
Sr. Fernando dos Anjos Dias (Tesoureiro)
Eng.º José Lito Pereira Martins (Vogal)
Sr. António da Fonseca Marques (Vogal)
Enf.º Jorge Manuel Abrantes R. Soares (Vogal)
Sr. Fernando Joaquim Duarte (Vogal Sup.)
Dr.ª Regina de Almeida O. Silva Rodrigues (Vogal Sup.)
Sr. Albano José Carvalho e Melo (Vogal Sup.)

SANTA CASA da MISERICÓRDIA de ÁGUEDA
Rua da Misericórdia, nº 219
3750 – 130 ÁGUEDA
Telefone: 234 690 351 Fax: 234 601

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Dispõe a alínea c) do artigo 31.º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Águeda, que compete ao Conselho Fiscal, no uso das suas competências, emitir parecer sobre o Relatório e Contas de Gerência elaborados pela Mesa Administrativa, relativos ao exercício do pretérito ano de 2024, com vista a habilitar a Assembleia Geral de Irmãos a votar, conscientemente, estes dois importantes documentos, competindo-nos referir:

I - RELATÓRIO

O Relatório de atividades, ilustra de forma detalhada os factos mais relevantes ocorridos ao longo do período em apreciação, nada havendo a expor, pelo que propomos a sua aprovação.

II - CONTAS

As Contas em análise foram, conforme determina o Compromisso, objeto de acompanhamento por parte deste Conselho Fiscal ao longo do exercício em análise, conforme inscrito nas Atas deste Órgão. Não havendo lugar a qualquer advertência ou apuramento de qualquer irregularidade, entende este Conselho Fiscal que os documentos apresentam o rigor e transparência habituais, sendo digno de registo as facilidades de acesso aos elementos e registos contabilísticos, a clareza e justificação dos mesmos, bem como a disponibilidade demonstrada pela Mesa Administrativa.
Validamos igualmente a Certificação Legal de Contas, emitida pelo Auditor, Revisor Oficial de Contas nº 637, Dr. Jorge Manuel Teixeira da Silva.

Do exercício em análise, resulta um total de Rendimentos de **5.830.957,52€** *(cinco milhões, oitocentos e trinta mil, novecentos e cinquenta e sete euros e cinquenta e dois cêntimos)* e um total de Gastos de **5.596.117,10€** *(cinco milhões, quinhentos e noventa e seis mil, cento e dezassete euros e dez cêntimos)* de que

se apura o Resultado Liquido de **234.840,42€** *(duzentos e trinta e quatro mil, oitocentos e quarenta euros e quarenta e dois cêntimos).*

Em face do exposto, e considerando que as **Contas** se apresentam devidamente fundamentadas e organizadas, e ainda que as mesmas foram já objeto de Certificação Legal de Contas com opinião favorável, propõe este Conselho Fiscal à Assembleia Geral dos Irmãos, a sua aprovação.

Águeda, 17 de março de 2025

O Conselho Fiscal,

António José Mota Rodrigues (Presidente)

Jorge Rodrigues Pinheiro (Vice-Presidente)

João Carlos da Fonseca Coelho, Dr. (secretário)

Egberto Silva Canas (Vogal suplente)